

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 80, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Altera a Lei Municipal nº 4.008, de 27 de novembro de 2013, que estima receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art.1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2014 – Lei Municipal nº 4.008, de 27 de novembro de 2013, no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), como segue:

Órgão: 06 – Secretaria de Saúde
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa de Governo: 0109 – Saúde é Vida
Ação: (Atividade) 2.047 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Rubrica: 3.3.90.93.00.00.00 – Indenizações e Restituições
Recurso: 0040 – ASPS
Valor: R\$ 76.000,00

Parágrafo único. Servirá de recurso para cobertura do crédito adicional especial acima, o superávit verificado no exercício anterior, referente ao recurso 0001 – Livre, no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 30 de abril de 2014.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 80, de 30 de abril de 2014, que: ***“Altera a Lei Municipal nº 4.008, de 27 de novembro de 2013, que estima receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2014.”***

O presente projeto de Lei tem a finalidade alterar a Lei Orçamentária 2014 da Secretaria de Saúde para incluir o elemento de despesa 3.3.90.93.00.00.00 na ação governamental 2.047 no valor de R\$ 76.000,00 para pagamento de indenizações e restituições.

O valor a ser restituído foi recebido pelo Município através da Consulta Popular 2004/2005, com o objetivo de Implementar o Programa de Saúde da Família – PSF e o Programa de agentes Comunitários de Saúde – PACS. No entanto, o referido valor foi gasto fora do objetivo do plano de trabalho, bem como fora do período de vigência do convênio, pelo ordenador de despesa em 25/09/2008.

Diante do acima constatado o Município foi incluído no CADIN pela Secretaria Estadual da Saúde, impedindo esta municipalidade de receber repasse de valores para a implementação de melhorias para os munícipes, o que não pode persistir.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal